



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 13/04/2020. Publicação: 14/04/2020. Edição nº 067/2020.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação poderá acarretar a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, pelo Ministério Público, inclusive, o eventual ajuizamento da pertinente Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa.

Outrossim, na forma do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, segunda parte, da Lei nº 8.625/93, sob penas da lei, o Ministério Público, por meio do Promotor de Justiça ao final assinado, REQUISITA que, no prazo de 10 (dez) dias:

I - seja encaminhada, preferencialmente por meio eletrônico ao e-mail da Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Paruá, pjsantaluziadoparuá@mpma.mp.br, resposta, por escrito e com documentos comprobatórios respectivos, sobre o acatamento da presente Recomendação;

II - sejam encaminhadas cópias de quaisquer procedimentos licitatórios já existentes e baseados em decreto de emergência e/ou calamidade, de quaisquer Órgãos ou Secretarias do âmbito da Administração Municipal, se já existentes, fundado(s) na pandemia de COVID-19, preferencialmente por meio eletrônico (cópia digital) ao e-mail da Promotoria acima indicado;

III - sejam informados, no prazo de 05(cinco) dias, preferencialmente por email, quais as providências já foram adotadas até o momento atual para: vigilância, prevenção e controle em relação ao COVID-19 e Influenza A/H1N1, em conformidade com os protocolos, diretrizes, normativos, orientações do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e demais órgãos de vigilância em saúde; elaboração e cumprimento do Plano de Contingência Municipal e fluxo de atendimento para os casos suspeitos e confirmados de Coronavírus e H1N1; capacitação dos profissionais de saúde e assistência social que atenderão tais demandas; realização de inventário nos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) disponíveis no município e providências para fornecimento dos mesmos, no caso em questão.

2 – Ao Comando da Polícia Militar local, que atue no sentido de coibir todo e qualquer tipo de aglomeração de pessoas, em especial em bares, clubes, estabelecimentos comerciais, locais abertos ao público e demais, enquanto durar a pandemia do COVID – 19, em obediência às determinações legais e aos Decretos estaduais e municipais, enquanto durarem as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, adotando-se as providências devidas, entre as quais as constantes nas conclusões da Nota Técnica CAOP/CEAPol – 12020, de 22.03.2020, em anexo;

3 – Ao Delegado de Polícia Civil local, que suspenda toda e qualquer licença para realização de eventos em estabelecimentos como bares, restaurantes e clubes, ou outros determinados nos Decretos estaduais e municipais, enquanto durarem as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, adotando-se as demais providências constantes nas conclusões da Nota Técnica CAOP/CEAPol – 12020, de 22.03.2020, em anexo.

Registre-se, encaminhando-se cópia da presente RECOMENDAÇÃO ao Juiz de Direito da Comarca e ao presidente da Câmara Municipal local, para conhecimento, bem como às emissoras de rádio existente neste Município para fins de divulgação ao público em geral.

Encaminhe-se cópia eletrônica à Coordenadoria de Documentação e Biblioteca para publicação no Diário Eletrônico do MPMA.

Cumpra-se Santa Luzia do Paruá, 24 de março de 2020

\* Assinado eletronicamente  
HAGAMENON DE JESUS AZEVEDO  
Promotor de Justiça  
Matrícula 1070489

Documento assinado. Santa Luzia do Paruá, 24/03/2020 19:45 (HAGAMENON DE JESUS AZEVEDO)

\* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento REC-PJSLP, Número do Documento 12020 e Código de Validação 545659E046.

## REC-PJSLP – 22020

Código de validação: 2C3B425293

TERMO DE RECOMENDAÇÃO ref. Procedimento Administrativo nº 000257-034/2020 Recomendação que faz o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por sua Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia do Paruá a PREFEITA, SECRETÁRIA DE SAÚDE, COMANDANTE DA PM E DELEGADO DE POLÍCIA DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça signatário(a), no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, incisos II, III e IX da Constituição da República; art. 6º, XX, da Lei Complementar Federal n. 75/93; art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal n. 8.625/93, e demais dispositivos pertinentes à espécie, CONSIDERANDO que “ a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, nos termos do art. 196, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que “ ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador”, conforme dispõe o art. 200, inciso II, da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 13/04/2020. Publicação: 14/04/2020. Edição nº 067/2020.

organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, determina que compete à direção municipal do SUS, dentre outras funções, executar serviços de vigilância epidemiológica, conforme determina a alínea 'a' do inciso IV do art. 18, da Lei nº 8.080/90;

CONSIDERANDO a Lei Federal no 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (2019nCOV), e sua regulamentação através da Portaria MS/GM no 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, em 3.2.2020, por meio da Portaria GM/MS nº 188/20204, nos termos do Decreto 7.616/2011, declarou “emergência em saúde pública de importância nacional”, em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus, relevando que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério de Saúde nº 356, de 11/03/2020, que “ Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (2019- nCOV) (COVID-19)”

CONSIDERANDO a PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 5, de 17/03/2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO Decreto nº 35.662, de 16/03/2020, do Governador do Estado do Maranhão, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção da transmissão da COVID-19;

CONSIDERANDO em decorrência do aumento da ocorrência de doenças infecciosas geradas pelo vírus Influenza A/H1N1 e da existência de casos suspeitos de contaminação pela COVID-19 no Estado do Maranhão, foi expedido o DECRETO Nº 35.672, de 19/03/2020, onde o Governo do Estado do Maranhão declarou situação de calamidade no Estado do Maranhão em virtude do aumento do número de infecções pelo vírus H1N1, da existência de casos suspeitos de contaminação pela COVID-19;

CONSIDERANDO que através do DECRETO Nº 35.6771, de 21/03/2020, o Governo do Estado do Maranhão estabeleceu medidas de prevenção do contágio e de combate à propagação da transmissão da COVID-19, o qual deve ser seguido e complementado pelos prefeitos, onde foram suspensas diversas atividades e serviços, inclusive de bares, restaurantes, comércio;

CONSIDERANDO que o artigo 268 do Código Penal Brasileiro tipifica como crime o ato de infringir determinação do poder público, destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa;

CONSIDERANDO as sucessivas divulgações, pelo Ministério da Saúde, de casos confirmados em território brasileiro, de infecção pelo COVID-19, inclusive com reconhecimento de transmissão comunitária nos Estados, o que evidencia a necessidade de atuação conjunta, interinstitucional, e voltada à atuação preventiva, extrajudicial e resolutiva, em face dos riscos crescentes da epidemia instalar-se no território nacional;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde e SES atualiza diariamente os casos confirmados em todo o país e estado de coronavírus, com número de óbitos, os quais podem ser subdimensionados, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada; CONSIDERANDO que a estimativa é de que, a cada 3 dias o número de casos dobre, se não forem adotadas as medidas propostas pelo Ministério da Saúde e governos estaduais e municipais, até o período de pico propagação do vírus;

CONSIDERANDO a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, tem sido entendida como a medida mais efetiva para proteger os cidadãos e obstar o colapso do sistema de saúde;

CONSIDERANDO ainda o teor do Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento do Novo Coronavírus e do Plano Municipal de Contingência para Enfrentamento do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal local nº 004/2020, de 23.03.2020 que “ dispõem sobre novas suspensões de serviços públicos e privados e dá outras providências” ;

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo nº 000257-034/2020, autuado no âmbito deste Órgão Ministerial, destinado a “ acompanhar e fiscalizar quais são as estratégias/providências adotadas pelo Município de Nova Olinda do Maranhão, destinadas ao enfrentamento de possíveis casos suspeitos/confirmados de COVID-19 e Influenza A/H1N1, em seu território sanitário”;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público órgão agente da fiscalização da gestão pública de saúde, assim definido na Seção IV, Capítulo IV, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

CONSIDERANDO que o artigo 27, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993, faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, requisitando aos destinatários adequada e imediata divulgação, assim como resposta por escrito;

RECOMENDA:

1 - As Prefeita e Secretária de Saúde do Município de Nova Olinda do Maranhão:

a - Dar cumprimento às normas acima mencionadas e aos protocolos, diretrizes, normativos, orientações do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e demais órgãos de vigilância em saúde, quanto à prevenção e controle em relação ao COVID-19 e Influenza A/H1N1, principalmente quanto ao monitoramento e atendimento dos casos suspeitos e possíveis já confirmados; b – Dar cumprimento ao Plano de Contingência Municipal, quanto ao fluxo de atendimento para os casos suspeitos e confirmados de Coronavírus, em conformidade com os Planos de Contingência Estadual e o Nacional (<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/planocontingenciacoronavirus-COVID19.pdf>); c – Que promovam capacitação dos profissionais de saúde e assistência social que atenderão tais demandas, em relação ao Fluxo de Atendimento e de Manejo Clínico na Atenção Primária em Saúde para o Novo Coronavírus (2019NCOV), de autoria do Ministério



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 13/04/2020. Publicação: 14/04/2020. Edição nº 067/2020.

da Saúde ou para executarem outra estratégia elaborada/a ser elaborada pelo município, referentes aos casos suspeitos de Coronavírus quando do atendimento nas Unidades de Atenção Primária do município; d – Que realizem inventário dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's) disponíveis no Município e adote as providências necessárias para fornecer tais equipamentos adequados para as unidades de saúde e profissionais respectivos, além dos pacientes em monitoramento e encaminhados para atendimento noutras unidades de saúde do Estado; e – Seja criado e efetivamente venha a funcionar regularmente o Comitê Municipal de Prevenção e Combate ao COVID 19, presidido pelo Prefeito Municipal e composto por membros da área de saúde e afins; f – Seja instituído como regra, para as atividades compatíveis, no período de estado de emergência em saúde pública, o sistema de teletrabalho e rodízio entre os servidores públicos e prestadores de serviços ao município; g - Que publiquem atos normativos estabelecendo suspensão, prazo inicial de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de sua futura prorrogação ou revogação, dos serviços e atividades públicas e privadas e demais, nos quais possam haver concentração de pessoas, bem como que promovam a fiscalização constante dessas medidas, inclusive com determinação de isolando de áreas da cidade e espaços públicos onde ocorram tais aglomerações, adequando-se às determinações legais e das autoridades de saúde federais e estaduais, observando-se as exceções do rol não taxativo dos serviços essenciais constantes no Decreto Federal nº 10.282/2020, que regulamentou a Lei nº 13.979, de 2020; h - Determinar a criação de uma Central de Atendimento via telefone que viabilize o exercício da telemedicina por médicos e profissionais da saúde previamente preparados, em observância para além do disposto na Resolução CFM nº 1.643/02, nos termos reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina, mediante: Teleorientação, para que profissionais da saúde realizem à distância a orientação e o encaminhamento de paciente em isolamento; Telemonitoramento, ato realizado sob orientação e supervisão médica para monitoramento ou vigência à distância de parâmetros de saúde e/ou doença e Teleinterconsulta, exclusivamente para troca de informações e opiniões entre médicos, para auxílio diagnóstico ou terapêutico; i – Promovam ampla campanha de esclarecimento à população no sentido de restringir ao máximo sua ida nas unidades de saúde, salvo os casos mais graves e de acordo com orientação médica, conforme alínea anterior; j - Abstenham-se de celebrar contratações diretas (dispensa de licitação), pautadas na estado de emergência e/ou de calamidade pública, que não cumpram as condicionantes do artigo 24, sobretudo inciso IV, da Lei 8.666/93, sob penas das responsabilizações devidas em cada caso comprovado; l - Na hipótese de compra de testes pelo Município para diagnóstico do COVID-19, apenas adquira os testes de fornecedores validados pela ANVISA, que constam das Resoluções nº 776/2020, nº 777/2020, nº 839/2020; nº 840/2020 e nº 841/2020 do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Terceira Diretoria/Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, publicadas no Diário Oficial da União (D.O.U) nos dias 19/03/2020 e 23/03/2020, respectivamente; m- adotem as providências necessárias para ampla divulgação e organização da 22ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, realizada no período de 23 de março a 22 de maio de 2020, sendo 09 de maio o dia “D” de mobilização nacional, evitando-se aglomerações principalmente de idosos e crianças nos locais de vacinação, buscando atender ao perfil da população a ser imunizada e que apresentam fatores e condições de risco determinados pelo Ministério da Saúde para o caso (crianças menores de 6 anos de idade, gestantes, adultos com 60 anos ou mais, portadores de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais, além dos profissionais da saúde), evitando-se o desabastecimento e providenciado a inserção dessas informações no Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações; n - providenciem, com URGÊNCIA, as adequações e higienização dos estabelecimentos de saúde municipais, de modo que algumas dessas unidades estejam em condições de atender à população na possibilidade/hipótese de surto de COVID-19 e/ou H1N1 no Estado do Maranhão. Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação poderá acarretar a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, pelo Ministério Público, inclusive, o eventual ajuizamento da pertinente Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Outrossim, na forma do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, segunda parte, da Lei nº 8.625/93, sob penas da lei, o Ministério Público, por meio do Promotor de Justiça ao final assinado, REQUISITA que, no prazo de 10 (dez) dias: I - seja encaminhada, preferencialmente por meio eletrônico ao e-mail da Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Paruá, pjsantaluziadoparuá@mpma.mp.br, resposta, por escrito e com documentos comprobatórios respectivos, sobre o acatamento da presente Recomendação; II - sejam encaminhadas cópias de quaisquer procedimentos licitatórios já existentes e baseados em decreto de emergência e/ou calamidade, de quaisquer Órgãos ou Secretarias do âmbito da Administração Municipal, se já existentes, fundado(s) na pandemia de COVID-19, preferencialmente por meio eletrônico (cópia digital) ao e-mail da Promotoria pjsantaluziadoparuá@mpma.mp.br; III - sejam informados, no prazo de 05(cinco) dias, quais as providências já foram adotadas até o momento atual para: vigilância, prevenção e controle em relação ao COVID-19 e Influenza A/H1N1, em conformidade com os protocolos, diretrizes, normativos, orientações do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e demais órgãos de vigilância em saúde; elaboração e cumprimento do Plano de Contingência Municipal e fluxo de atendimento para os casos suspeitos e confirmados de Coronavírus e H1N1; capacitação dos profissionais de saúde e assistência social que atenderão tais demandas; realização de inventário nos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) disponíveis no município e providências para fornecimento dos mesmos, no caso em questão.

2 – Ao Comando da Polícia Militar local, que atue no sentido de coibir todo e qualquer tipo de aglomeração de pessoas, em especial em bares, clubes, estabelecimentos comerciais, locais abertos ao público e demais, enquanto durar a pandemia do COVID – 19, em obediência às determinações legais e aos Decretos estaduais e municipais, enquanto durarem as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, adotando-se as providências devidas, entre as quais as constantes nas conclusões da Nota Técnica CAOP/CEAPol – 12020, de 22.03.2020, em anexo;

3 – Ao Delegado de Polícia Civil que responde por Nova Oinda do Maranhão, que suspenda toda e qualquer licença para realização de eventos em estabelecimentos como bares, restaurantes e clubes, ou outros determinados nos Decretos estaduais e municipais,



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 13/04/2020. Publicação: 14/04/2020. Edição nº 067/2020.

enquanto durarem as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, adotando-se as demais providências constantes nas conclusões da Nota Técnica CAOP/CEAPol – 12020, de 22.03.2020, em anexo;

Registre-se, encaminhando-se cópia da presente RECOMENDAÇÃO ao Juiz de Direito da Comarca, ao presidente da Câmara Municipal local, para conhecimento, bem como às emissoras de rádio existente neste Município para fins de divulgação ao público em geral. Encaminhe-se cópia eletrônica à Coordenadoria de Documentação e Biblioteca para publicação no Diário Eletrônico do MPMA. Cumpra-se

Santa Luzia do Paruá, 25 de março de 2020

\* Assinado eletronicamente  
HAGAMENON DE JESUS AZEVEDO  
Promotor de Justiça  
Matrícula 1070489

Documento assinado. Santa Luzia do Paruá, 26/03/2020 11:07 (HAGAMENON DE JESUS AZEVEDO)

\* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento REC-PJSLP, Número do Documento 22020 e Código de Validação 2C3B425293.

SANTA RITA

## PORTARIA-PJSAR – 42020

Código de validação: B0E1C802E4

EMENTA: instaurar o presente Procedimento Administrativo, tendo por objeto “fiscalizar quais são as estratégias/providências, adotadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Santa Rita/MA, para se reunir remotamente, já que o atual contexto de pandemia de COVID 19 recomenda a suspensão de todas as atividades que gerem aglomeração de pessoas”.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua Representante Legal infrafirmada, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita/MA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, inc. II e VI, da Constituição da República e art. 26, inc. I, da Lei Federal nº 8.625/93, sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes, em especial os arts. 3º, inc. V e 5º, inc. II, ambos do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou como pandemia a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que o atual contexto recomenda a suspensão de todas as atividades que gerem aglomeração de pessoas;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Saúde são importantes órgãos colegiados que exercem o controle social da execução da política de saúde, aos quais cabem, entre outros, fiscalizar o gasto de recursos da saúde; acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde; e apreciar o Relatório Anual de Gestão (RAG), conforme Resolução nº 453, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), atribuições que, no atual cenário de emergência de saúde pública de importância internacional, são imprescindíveis;

CONSIDERANDO que há notícia de que, em muitos municípios maranhenses, os conselhos de saúde suspenderam a realização de reuniões, devido à pandemia do covid 19, embora haja possibilidade de realização de reuniões remotamente (Ex.: via whatsapp; google meet; hangout; skype; zoom, etc);

CONSIDERANDO ser o Ministério Público órgão agente da fiscalização da gestão pública de saúde, assim definido na Seção IV, Capítulo IV, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, RESOLVE:

instaurar o presente Procedimento Administrativo, tendo por objeto “fiscalizar quais são as estratégias/providências, adotadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Santa Rita/MA, para se reunir remotamente, já que o atual contexto de pandemia de COVID 19 recomenda a suspensão de todas as atividades que gerem aglomeração de pessoas”.

Como diligência inicial, oficie-se à Presidência do Conselho Municipal de Saúde de Santa Rita/MA, solicitando que informe, em 48 (quarenta e oito) horas, que:

1) Tendo em vista que as importantes atribuições dos Conselhos de Saúde, quais são as estratégias que estão sendo adotadas pelo Conselho de Saúde do Município de Santa Rita/MA para se reunir remotamente, já que o atual contexto de pandemia de covid 19 recomenda a suspensão de todas as atividades que gerem aglomeração de pessoas, devendo encaminhar cópia das respectivas Atas de Reunião.

Para auxiliá-lo no acompanhamento, nomeará secretário ad hoc a Técnico Ministerial, compromissando-o e encarregando-o de proceder às notificações necessárias, podendo expedir certidões sobre seu teor.

Proceda o secretário ad hoc o Técnico Ministerial, DENNYS CHARLES SILVA MENDONÇA, matrícula 1070073, com a autuação desta Portaria e registro em livro próprio, bem como sua publicação na Imprensa Oficial.

Santa Rita/MA, 09 de abril de 2020